

Nova classe média brasileira?

Artigos de Claudio Dedecca, Adhemar Mineiro/Jardel Leal e Samuel Vidal e entrevista com Marcelo Neri discutem se existe realmente uma nova classe média no Brasil.



Resumo da monografia de Daniel Gorodicht; resolução sobre o valor da anuidade; FPO esmiúça as despesas no orçamento municipal para 2013.

Editorial

Nova classe média brasileira?

■ A polêmica a respeito da existência de uma nova classe média no Brasil, que seria fruto da ascensão social de milhões de brasileiros desde 2004, é o objeto de estudo desta edição do Jornal dos Economistas.

O JE ouviu Marcelo Neri, presidente do Ipea, um dos teóricos deste conceito. Na entrevista, Neri contextualiza o fenômeno da recente ascensão social no Brasil como único na história do país e defende que este novo grupo social brasileiro desfruta do mesmo nível de renda da classe média mundial, ainda que esteja num patamar inferior à classe média na Europa e América do Norte.

Os três artigos que complementam o bloco temático desta edição fazem um contraponto à posição de Neri. Ainda que reconheçam o processo de melhoria na renda dos brasileiros, os autores desses artigos descaracterizam este grupo como uma classe média.

Claudio Dedecca, da Unicamp, afirma que os resultados não confirmam que a precariedade das condições de vida dos segmentos inferiores e intermediários tenha sido modificada substantivamente. Ele lembra que parte expressiva desta população continua a viver em moradias sem rede de esgoto e sem ter acesso a educação de qualidade.

Adhemar Mineiro e Jardel Leal, economistas e técnicos do Dieese-RJ, apontam a limitação da conceituação de classe média por meio de uma distinção de extratos de rendimento. Esta leitura não leva em conta as formas de inserção na estrutura produtiva, os padrões de consumo, os hábitos, os valores culturais, a formação escolar e as redes de socialização.

Samuel Vidal propõe uma análise mais crítica do processo de ascensão deste grupo de pessoas à classe C. A mudança de classe econômica, afirma, é facilitada pela metodologia utilizada, na qual as classes C e D estão muito próximas. Parte deste grupo que obteve um ganho de renda nos últimos anos ainda apresenta um forte quadro de pobreza e é um equívoco denominá-lo de classe média.

Fora do bloco temático da edição, publicamos a resolução do Corecon-RJ com os valores da anuidade de 2013 e outras disposições. Em seguida, o JE apresenta o resumo do trabalho de Daniel Gorodicht, laureado no Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado, que versa sobre mecanismos de incentivo para fontes renováveis de energia elétrica e o caso da energia eólica no Brasil.

A equipe do Fórum Popular do Orçamento nos brinda nas edições de dezembro e janeiro com uma análise das previsões de despesa e receita para 2013 do município do Rio de Janeiro. As despesas são detalhadas no artigo dessa edição.

Aproveitamos para desejar aos nossos leitores um excelente Natal e 2013.

SUMÁRIO

- 3 Nova classe média?
Claudio Salvadori Dedecca
Nova classe média: não a temos, mas poderemos tê-la
- 5 Entrevista: Marcelo Neri
“Do fim de 2003 ao fim de 2011, 40 milhões de pessoas ascenderam à classe C e 9,5 milhões à classe AB. Ao todo, 49,5 milhões subiram para as classes A, B ou C, o que corresponde mais ou menos à população da Espanha.”
- 7 Nova classe média?
Adhemar S. Mineiro e Jardel Leal
Redução da desigualdade, formalização e melhoria dos rendimentos
- 9 Nova classe média?
Francisco Samuel Portela Vidal
Existe uma nova classe média no Brasil?
- 11 Resolução
Resolução n.º. 125, de 22 de novembro de 2012
- 12 Prêmio de Monografia
Daniel Gorodicht
Mecanismos de incentivo para fontes renováveis de energia elétrica e o caso da energia eólica no Brasil
- 14 Fórum Popular do Orçamento
As Despesas: orçamento 2013
- 16 **Parabéns aos alunos aprovados no concurso da ANPEC em 2012**
Agenda de cursos

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 9662-4414) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900

Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br

Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato El-

man, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2012 a 2014): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Jorge de Oliveira Camargo – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2012-2014): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2011/2014

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior e Wellington Leonardo da Silva

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos e João Manoel Gonçalves Barbosa

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antônio Lutterbach Soares e José Jannotti Viegas

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

Nova classe média: não a temos, mas poderemos tê-la

■ Claudio Salvadori Dedecca*

Aretomada do crescimento com geração de empregos formais em conjunto com a elevação mais rápida dos rendimentos de base do mercado de trabalho, determinada pela política de valorização do salário mínimo em um contexto de baixa inflação, e com a expansão das políticas sociais, se traduziu em uma redução da desigualdade da distribuição de renda corrente no país ao longo da década passada. Os ganhos de renda foram ainda potencializados por dois fatores adicionais: o aumento do crédito para os estratos de menor renda e a redução dos preços dos bens de consumo propiciada pela valorização cambial articulada com o chamado efeito China. Como resultado global, as famílias de menor renda conheceram uma ampliação de seu acesso aos bens e serviços de consumo em geral. O movimento ganhou grande evidência no debate público, ao mostrar que o país tinha condições de crescer com estabilidade econômica, geração de empregos, aumento da renda corrente e inclusão de uma parcela expressiva da população ao consumo de massa. O resultado foi também associado à ocorrência de mobilidade social, genericamente apontada como sendo a emergência de uma nova classe média.

Não há dúvida da importância socioeconômica da incorporação dos segmentos de menor renda ao consumo de bens duráveis e não duráveis. Também não cabe controvérsia sobre a relevância da trajetória de cresci-

mento com geração de empregos e elevação da renda corrente da população. Afirmar semelhante não é adequada quanto à afirmação de que o crescimento teria produzido a formação de uma nova classe média no país, especialmente quando ela é derivada fundamentalmente do nível de renda familiar e do acesso aos bens de consumo de natureza individual via mercado, situação que pode ser rapidamente revertida por uma desaceleração do crescimento ou por um incremento do patamar inflacionário.

Mas a restrição à afirmação sobre a emergência de uma nova classe média tem justificativa mais abrangente. A definição de classe média foi originalmente formulada por Max Weber, que viu no desenvolvimento capitalista do Século XX a emergência de um segmento social que se diferenciava do proletariado, da pequena e da grande burguesia. Recusando a formulação de Karl Marx, que apontava uma tendência de polarização da estrutura social pelo capitalismo, Weber indicava a constituição de um segmento social baseado no trabalho assalariado não manual e de remuneração adequada, com elevado nível educacional e abarcado pela proteção social vigente à época. Em suma, construía um conceito de classe média baseado em aspectos econômicos e não econômicos, que apresentava como característica fundamental sua inserção social diferenciada associada a uma relativamente baixa exposição aos riscos socioeconômicos que o capitalismo jogava sobre o proletariado. A formulação de Weber foi amplamente adotada nos estudos sobre estratificação e mobilidade social nos EUA e na Europa durante

o ciclo de crescimento depois da II Grande Guerra, continuando a se constituir na principal referência dos realizados sobre as transformações socioeconômicas sob a égide da globalização financeira. Em razão das características da definição original, o tema foi principalmente explorado pelos sociólogos, tendo recebido menor atenção por parte dos economistas.

Esta observação dá evidência suficiente da restrição básica encontrada na definição do que seria a classe média emergente, produto do crescimento recente do país. Construída a partir de um critério fundado na renda familiar, assume uma perspectiva predominantemente econômica e derivada diretamente do aumento da capacidade de consumo corrente das famílias, dando atenção secundária às características das condições socioeconômicas de vida que as caracterizam e que são determinadas estruturalmente, sendo pouco influenciadas por alterações de curto prazo da dinâmica econômica.

Mesmo que dada a devida atenção à evolução das características socioeconômicas das famílias, seria espantoso que um país marcado por um padrão secular de desigualdade conseguisse superá-las em um prazo tão curto de expansão, sem alteração do sistema tributário e com um crescimento ocorrido a taxas relativamente baixas. A ocorrência deste resultado seria uma evidência de que grandes pensadores brasileiros, como Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Celso Furtado teriam errado ao associar a desigualdade social a fatores estruturais do processo de desenvolvimento brasileiro.

Analisemos alguns indicadores socioeconômicos da década passada para termos uma referência ainda mais concreta da importância e dos limites dos ganhos sociais associados ao crescimento econômico após 2004.

Tomando os resultados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, nota-se uma tendência de crescimento mais expressivo da renda das famílias dos estratos inferiores na última década, permitindo uma redução da desigualdade de renda familiar de 0.63 para 0.57, segundo o índice de Gini. Os ganhos nos estratos inferiores foram expressivos, situando-se ao redor de 5% a.a. Contudo, não se observou uma alteração estrutural na distribuição da massa de rendimentos das famílias. Mudanças limitadas ocorreram em favor dos primeiros estratos, sendo que o 1% tope manteve sua participação em 18%, havendo movimentos diferenciados daqueles referentes aos estratos intermediários.

Pode-se afirmar que o cres-



Indicadores de Rendimento Domiciliar Per Capita													
Brasil, 1991/2000/2010													
	Rendimento Médio Per Capita									Massa de rendimentos			
	Em Reais de 2010			Relativo			% a.a.			Relativo		% a.a.	
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010	1991-2000	2000-2010	1991-2000	2000-2010	
1	45	49	78	1,0	1,0	1,0	1,1	4,7	0,7	0,6	0,8	2,0	9,0
2	89	103	181	2,0	2,1	2,3	1,6	5,8	1,3	1,2	1,8	3,5	9,5
3	135	153	265	3,0	3,1	3,4	1,4	5,6	2,2	1,9	2,7	3,1	8,8
4	191	210	355	4,3	4,3	4,6	1,1	5,4	2,9	2,6	3,6	3,4	8,5
5	252	281	460	5,6	5,7	5,9	1,2	5,0	3,7	4,0	3,8	5,4	4,8
6	340	352	539	7,6	7,1	6,9	0,4	4,3	5,1	4,4	6,4	2,7	9,3
7	466	470	706	10,4	9,5	9,1	0,1	4,1	7,2	6,3	7,4	3,0	6,9
8	665	665	950	14,9	13,5	12,2	0,0	3,6	10,1	9,3	9,2	3,6	5,1
9	1.067	1.087	1.444	23,8	22,0	18,5	0,2	2,9	16,2	15,7	14,5	4,1	4,4
95	4.877	5.486	7.463	109,0	111,1	95,9	1,3	3,1	36,9	40,5	37,5	5,6	4,4
99	10.541	12.177	17.868	235,6	246,6	229,5	1,6	3,9	16,2	18,3	18,2	6,0	5,1
Total	658	763	993	14,7	15,5	12,8	1,7	2,7	100,0	100,0	100,0	4,5	5,2

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 1991/2000/2010. Microdados. Elaboração do autor.

cimento passado tendeu favorecer todos os estratos, tendo intensidade mais expressiva para os inferiores, mas ainda foi insuficiente para provocar uma alteração da distribuição de renda corrente das famílias que pudesse evidenciar uma nova estrutura de renda. Esta limitação ganha visibilidade quando se compara a evolução e o nível da apropriação de renda das famílias pertencentes ao 1% tope da distribuição no Brasil com a dos países desenvolvidos e percebe-se a situação de desfavorável em que nos encontramos.

A alteração limitada da distribuição de renda corrente justifica a impossibilidade da emergência de uma nova classe média com poder de compra suficiente, via mercado, de resolver os riscos econômicos e sociais tanto de natureza individual como coletiva, em especial quando considerado os níveis ainda relativamente baixos de renda



prevalecentes na maioria dos estratos. A redução dos riscos somente poderia ter ocorrido se a política social tivesse alterado o acesso quantitativo e qualitativo aos seus bens e serviços, como ocorreu na maioria dos países desenvolvidos no pós-guerra. Entretanto, se isto houvesse sido observado, não seria via mercado e, portanto, o critério para definição de classe média deveria ser baseado em outros fatores.

Os resultados não confirmam que, mesmo com a inegável expansão da política social ocorrida ao longo da década passada, a precariedade das condições de vida dos segmentos inferiores e intermediários tenha sido modificada substantivamente. De acordo com o Censo Demográfico 2010, 1/3 da população ocupada dos domicílios

com renda intermediária não tinha proteção social, um em cada três possuíam rede inapropriada de esgoto, 40% das suas crianças e jovens se encontravam em situação de defasagem escolar, somente um a cada três membros adultos havia terminado o ensino médio e apenas 5% deles tinham conseguido uma formação de ensino superior. Considerando os bens de consumo durável, 5% dos domicílios não possuíam televisão, mas 53% e 64% não tinham, respectivamente, máquina de lavar e computador. Esta situação de fragilidade social foi também descrita em trabalho recente de Uchoa e Kerstenetzky¹ realizado com os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares. Além disso, os dados da PNAD 2011 mostram que iniciamos a década com 14 milhões de famílias e 55 milhões de pessoas vivendo em domicílios com renda inferior a ½ salário mínimo *per capita*, isto é, com renda abaixo da referência da proteção social estabelecida pela Constituição Federal de 1988², sendo que parte desta população se enquadra no critério econômico da chamada classe média.

Em suma, o detalhamento dos resultados propiciados pelas bases de dados nacionais mostra a ampliação do acesso aos bens de consumo corrente pela população de menor renda e dos estratos intermediários, mas não confirma uma mudança estrutural das condições de vida destes segmentos. A constatação é totalmente plau-

sível se considerados os desequilíbrios sociais seculares que gravam a sociedade brasileira e que foram devidamente apontados por nossos pensadores nacionais.

A retomada do crescimento com a reativação do mercado interno se constituiu em um ganho econômico e social importante para a sociedade brasileira, ao permitir a recomposição do mercado de trabalho e da renda e a expansão das políticas sociais. Este processo tem possibilitado a redução das tensões sociais via elevação progressiva das condições de vida da população de menor renda, abrindo perspectivas de uma transformação estrutural no médio prazo, caso ele se consolide de forma sustentada. São inegáveis as vantagens econômicas e sociais que ele carrega, mas também é preciso reconhecer que, em face da dimensão dos problemas que carrega o país, são enormes os desafios que ele necessita enfrentar e superar.

Esperando sermos exitosos, é possível ter a expectativa da emergência de uma efetiva classe média com a segurança econômica e social que deve caracterizar suas condições de vida no final desta década. Entretanto, é necessário bater menos o bumbo pelas conquistas alcançadas e envidiar os esforços necessários que uma transformação econômica e social do país exige. Em especial, em um momento que o país conhece uma desaceleração da expectativa de crescimento, da ordem de 4,5% para pouco acima de 1% ao longo do ano de 2012.

* Claudio Salvadori Dedecca é professor titular de Economia Social e do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas.

1 Christiane Uchôa e Celia Lessa Kerstenetzky, "É a 'nova classe média' classe média?", mimeo.

2 Sobre esta questão, ver C. Dedecca, C.J.B. Trovão e L. Flausino de Souza, "Un Enfoque Multidimensional de la Pobreza en el Programa Brasil sin Miseria", Seminario Internacional Multidimensionalidad de la pobreza: alcances para su definición y evaluación en América Latina y el Caribe, Clacso, Santiago de Chile, 22-23 noviembre de 2012, mimeo.

Participação do Estrato 1% Superior na Massa Total de Rendimento Domiciliar			
Países Selecionados, 1991/2000/2008	Em Porcentagem		
	1991	2000	2008 (*)
Brasil (2010)	16,2	18,3	18,2
Austrália	6,4	7,2	8,8
Canadá (2007)	9,2	12,4	13,3
Nova Zelândia (2005)	8,0	8,3	9,0
Reino Unido (2005)	10,3	12,7	14,3
Estados Unidos	12,2	16,5	17,7
França (2006)	8,0	8,3	8,9
Japão (2005)	7,5	8,2	9,2
Itália (2004)	7,8	9,1	9,0
Noruega	4,5	8,3	7,5
Portugal (2005)	7,5	9,1	9,8
Espanha (2005)	8,1	8,8	8,8
Suécia	5,1	6,0	7,1

Fontes OCDE, Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising, Paris, 2011; Censo Demográfico, IBGE, 1991/2000/2010. Elaboração do autor.

(*) Quando não especificado, a informação refere-se ao ano de 2008.

Entrevista: Marcelo Neri

“Do fim de 2003 ao fim de 2011, 40 milhões de pessoas ascenderam à classe C e 9,5 milhões à classe AB. Ao todo, 49,5 milhões subiram para as classes A, B ou C, o que corresponde mais ou menos à população da Espanha.”

Marcelo Neri é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e possui Ph.D pela Universidade Princeton. Em seu livro *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*, publicado pela editora Saraiva, ele trabalhou dados do IBGE para demonstrar o expressivo crescimento da classe C brasileira na última década, que atribui à estabilidade econômica, aos programas sociais do governo e aos reajustes do salário mínimo.

P: Quais são os parâmetros de renda e outros indicadores para a definição das classes sociais no Brasil?

R: Há três parâmetros distintos. O primeiro e mais importante é o de renda, cujos grupos principais são as classes A, B, C, D e E. A classe C abrange uma renda superior a 1.750 reais, enquanto consideramos a classe B a partir de 7.450 reais e a classe A a partir de 9.700 reais. A classificação da classe E, por sua vez, é a mesma da linha de pobreza, o que

significa uma renda menor que cerca de 1.100 reais. Dessa linha ao valor base da classe C, temos a classe D. O cálculo é feito em termos de renda *per capita*, levando em conta também o custo de vida. Mas expressamos o valor de acordo com a renda domiciliar familiar total.

Para a segunda dimensão, observamos o conjunto de ativos produtivos e bens de consumo que a pessoa tem em sua casa. É uma espécie de corrida entre o lado do produtor e do consumi-



Antonio Cruz/ABr

dor, que usamos para qualificar a sustentabilidade, ou não, da renda das famílias. De 2003 a 2009, o índice do produtor andou 38% mais rápido que o do consumidor, o que significa que os ativos produtivos cresceram mais que os bens de consumo, e essa conclusão não era tão intuitiva.

A terceira dimensão está ligada às percepções das pessoas, o que elas esperam do futuro, se acham que a vida vai melhorar, sua satisfação com a vida e as percepções políticas.

Então, calculamos pela renda e depois classificamos as pessoas não só observando os ativos mas também analisando o movimento entre classes. Um dos resultados que encontramos, por exemplo, é que a probabilidade de queda da classe C para classes mais baixas no Brasil, na transição de 2011 para o primeiro semestre de 2012, era similar a do período de 2006 a 2010, com exceção de 2009, com a crise. A probabilidade de subir, porém, nunca foi tão alta desde 2003. Analisando esses fluxos, temos uma medida de sustentabilida-

de, do risco de cair, subir ou permanecer na mesma classe.

P: Quantas pessoas ascenderam à classe C desde o primeiro governo Lula?

R: Do fim de 2003 ao fim de 2011, o número foi de 65 milhões para 105 milhões, um aumento de 40 milhões de pessoas.

P: E para as outras classes?

R: Temos mais 9,5 milhões que ascenderam à classe AB. Então, ao todo, 49,5 milhões subiram para as classes A, B ou C, o que corresponde mais ou menos à população da Espanha.

P: E a classe C pode ser considerada uma classe média?

R: Ela pode ser vista como uma classe média brasileira na medida em que é um grupo que está em torno da média de renda. Aplicamos uma metodologia em que dividimos a sociedade em três grupos, de tal forma que esses grupos são os mais homogêneos dentro de si e os mais diferentes com relação aos demais. E assim traçamos a linha de corte.



Mas **essa classe também pode ser considerada uma classe média mundial, já que a pesquisa mostra que a distribuição de renda brasileira está muito próxima, tanto em nível quanto em desigualdade, da distribuição mundial. Mas não é uma classe média europeia ou norte-americana. Para esses países, ela seria uma classe média baixa, mas para o mundo não.**

A distribuição de renda do Brasil e do mundo é uma linha de 45 graus, é muito próximo.

P: Mas o Brasil não foi sempre visto como campeão de desigualdade?

R: Em termos de desigualdade, o Brasil era um dos três maiores e hoje é o 12º. Só que a desigualdade mundial leva em conta a desigualdade entre os países e dentro dos países. A China, por exemplo, tem hoje uma renda que é 4% a dos americanos. O Brasil é uma boa maquete da desigualdade e da média de renda do mundo. A renda brasileira é 90% da média mundial e a desigualdade é um pouco abaixo do resto do planeta.



P: Qual o impacto na economia, na sociedade e na política brasileira da ascensão desse grupo de pessoas?

R: É importante pelo consumo, no sentido de manter as rodas da economia girando, principalmente num momento de crise dos mercados externos. As empresas passaram a buscar esses emergentes, pessoas que ainda não estavam integradas aos padrões de consumo mas que agora assumiram essa posição. **Do ponto de vista político, como esse grupo representa pouco mais da metade da população, poderia sozinho decidir uma eleição. Só que essa classe C não é homogênea, ela muda ao longo do tempo. Quando as pessoas sobem, tendem a ficar mais conservadoras nas suas escolhas, até para conservar os padrões que assumiram.** Também se tornam mais críticas com relação à carga tributária, já que passam a pagar. Mas a questão é que essa classe hoje é central e tanto empresas como políticos estão num processo de aprendizagem desse novo segmento.

P: Esse processo de ascensão social continua neste ano de 2012 apesar do baixo crescimento econômico do país?

R: Continua porque há um paradoxo no Brasil, que acontece desde o final de 2003. A renda das famílias está crescendo mais que o PIB, à diferença de 1,8% por ano favorável à renda da PNAD e outras pesquisas, como a PME. Em 2012, o PIB, segundo previsões do Banco Central, vai crescer 1,6%, o que significa 0,6% de crescimento *per capita*. Enquanto isso, a renda domiciliar *per capita* do trabalho que é possível medir para este ano pela

PME cresceu 4,6% de janeiro a agosto. Fora isso, houve um aumento forte do salário mínimo, que ajuda pensões e aposentadorias, e uma expansão do Brasil Carinhoso. Então, tudo nos leva a crer que o bolso do brasileiro está crescendo bem mais rápido que as contas nacionais.

P: Como é a distribuição percentual da população pelas classes hoje?

R: A classe C compreende 57% da população, a classe AB tem 13%, a classe D 19% e a classe E 11%.

P: Como você prevê a evolução disso a médio e longo prazo?

R: A longo prazo é difícil de dizer. Mas, **para 2014, nossa projeção é que a classe C vai crescer 11%, o que significa mais 12,2 milhões de pessoas. Já a classe AB deve aumentar em 29%, com mais 7,7 milhões de brasileiros. Ou seja, são 20 milhões de pessoas. E temos aí uma mudança que já está acontecendo, a classe AB está crescendo mais rápido que a C.** Já a classe E, que é a mais baixa, vai cair 43%.

P: Em termos históricos, esse processo que vivenciamos hoje pode ser comparado a outros que ocorreram no Brasil durante o século 20?

R: Não, ele é inédito nas séries estatísticas. A única vez que a desigualdade no Brasil mudou muito foi na década de 60, quando aumentou. **Nessa última década, de 2001 a 2011, a**

renda dos 10% mais pobres cresceu 91%, enquanto a renda dos 10% mais ricos cresceu 16%. A base cresceu 550% mais rápido que o topo. É um movimento inédito e não é o que está acontecendo nem nos países desenvolvidos, em sua maioria, nem nos BRICS. Em dois terços do mundo a desigualdade está aumentando, só que em geral de patamares mais baixos. No Brasil, ela ainda é muito alta e está caindo.

Um processo parecido chegou a acontecer em outros momentos, com queda da desigualdade e crescimento, como no Plano Cruzado, só que durou pouco e foi logo revertido.

A característica do Brasil, pelo menos desde 2003, não é um crescimento espetacular, mas acontece de forma sucessiva e acompanhado de um processo de aumento do emprego formal e de redução da desigualdade. Dobrou-se o número de empregos gerais formais e, na verdade, esse é o símbolo da chamada nova classe média.

P: O que falta para o Brasil se tornar uma sociedade justa?

R: **Temos que resolver as várias desigualdades, a começar pela educação, que é a mãe de todas as outras. No entanto, nos últimos anos, começamos a ampliar o acesso à escola. Agora, ainda falta fazer o mesmo com relação à qualidade.**



Nova classe média?

Redução da desigualdade, formalização e melhoria dos rendimentos

■ Adhemar S. Mineiro*
Jardel Leal*

Quase toda a discussão recente no Brasil sobre a (redução da) desigualdade na renda pessoal acabou circunscrita a um debate em torno de um suposto crescimento da chamada “classe média”. De um lado, a discussão nestes termos, em si, carece de substância, já que se apoia em uma conceituação de “classe média” definida apenas em uma distinção de extratos de rendimento, se aproximando mais de uma ideia de “classes de renda média”. Tal leitura abstrai toda a discussão a respeito das formas de inserção na estrutura produtiva, dos padrões de consumo, dos hábitos e valores culturais que se expressam na busca de formação escolar e de acesso a bens culturais e no estabelecimento de redes de socialização, entre outros aspectos que poderiam e/ou deveriam ser tomados em consideração na utilização desse conceito.

Do ponto de vista que nos interessa mais diretamente aqui, esse tipo de apresentação, que é capaz de ganhar espaço nos meios de comunicação massivos, acaba nublando uma discussão que parece muito mais objetiva no sentido da identificação do funcionamento do mercado de trabalho e dos rendimentos do Brasil no período recente. Para este intento podem ser identificados ao menos três elementos, a partir dos dados da PNAD 2011 recente-

mente divulgados: a redução da desigualdade de renda, a formalização do mercado de trabalho e a possibilidade de movimentação entre os extratos de rendimento.

Muito desigual, embora menos desigual

Apesar dos avanços relacionados à melhoria da renda da maioria dos brasileiros observados nos últimos anos – que acompanharam o aquecimento da economia a partir de 2004 e seus efeitos positivos sobre o mercado de trabalho – combinados às políticas de recuperação do salário mínimo e sociais de garantia de renda mínima, o Brasil segue sendo um país acentuadamente desigual em termos distributivos. Neste sentido são saudáveis os sinais de mudança introduzidos no desenrolar da primeira década deste século. Apesar disso, há que atentar para o longo percurso a ser ainda trilhado para que se possa garantir à grande maioria da população as condições que uma sociedade moderna pode assegurar, em termos de bem estar e qualidade de vida. A fim de demonstrar tal situação, trataremos, ao longo deste texto, tão somente da distribuição da renda pessoal, com base nos dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD de 2011, sem o apelo ao uso de maiores recursos de caráter metodológico, o que se faz necessário para promover a discussão requerida para dar conta da questão da distribuição de renda e

da riqueza no Brasil.

Os dados da PNAD 2011, no que se refere à distribuição dos rendimentos das pessoas com 10 anos ou mais de idade, seja em sua totalidade ou no caso dos ocupados e dos empregados, revelam um quadro de elevada concentração de pessoas cujos rendimentos nominais mensais situavam-se em valores de zero a até dois salários mínimos. Este era o caso de 77,1% das pessoas de 10 anos ou mais de idade, considerando os rendimentos de todas as fontes; de 68,1% dos ocupados e dos empregados, levando em conta os rendimentos de todos os trabalhos, no caso dos ocupados, e os rendimentos do trabalho principal, no caso dos empregados. Ao ampliarmos a abrangência até o limite de três salários mínimos, as proporções saltam para 87,7%, 82,5% e 85,5% para cada grupo, respectivamente. O gráfico a seguir mostra o perfil da pirâmide de renda pessoal do ano de 2011.

Analisando a distribuição das pessoas empregadas segundo as classes de rendimento médio mensal do trabalho principal, vê-se que a situação segue um padrão muito próximo. Quando se trata dos empregados com carteira assinada, o contingente de pessoas com rendimento limitado a dois salários mínimos atinge 62,3%, e aquele agrupado até três salários mínimos somam 83,0%. Quanto aos empregados sem carteira de trabalho assinada, a situa-

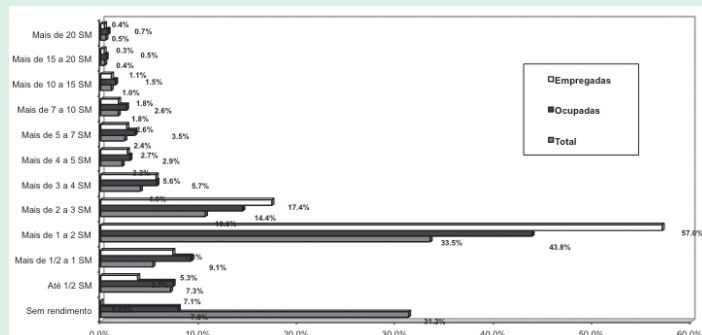


ção é ainda mais dramática, uma vez que aqueles cujos rendimentos mensais médios eram limitados a dois salários mínimos somavam 83,1%, alcançando nada menos do que 91,8% o contingente de pessoas cujos rendimentos situavam-se no limite de até três salários mínimos.

O crescimento da formalização do mercado de trabalho

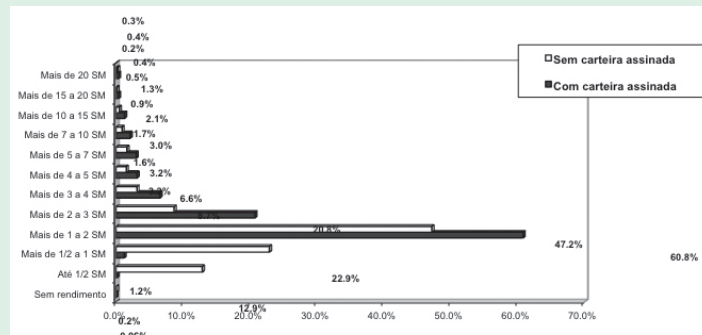
No período pós-2003, chama também a atenção a expressiva formalização da economia brasileira. De fato, o crescimento dos empregados com carteira assinada em torno de 48%, combinado ao aumento em termos reais do salário mínimo da ordem de 49% no período de 2003 a 2001, talvez seja o principal elemen-

Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais empregadas, segundo a situação e a classe de rendimento mensal do trabalho principal - Brasil 2011



Fonte: PNAD/IBGE

Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais, segundo a classe de rendimento mensal em salários mínimos - Brasil 2011



Fonte: PNAD/IBGE

Evolução do número de pessoas de 10 anos ou mais, segundo a situação - Brasil 2003-2011

Situação	2003	2011	Crescimento	
			2011/2003	a.a.
Pessoas de 10 anos ou mais	142.994.057	162.729.780	13,8%	1,6%
Ocupadas na semana de referência	78.911.207	89.990.026	14,0%	1,7%
Empregados	37.756.264	48.456.264	28,3%	3,2%
Empregados com carteira de trabalho assinada	23.592.994	34.894.948	47,9%	5,0%
Empregados sem carteira de trabalho assinada	14.163.270	13.561.316	-4,3%	-0,5%

Fontes: PNAD e Contas Nacionais/IBGE e DIEESE

Evolução do total de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais, segundo a situação a preços de 2011 - Brasil 2003-2011

Situação	2003		2011		Crescimento	
	Em R\$ mil	Em R\$ mil	Em R\$ mil	Em R\$ mil	2011/2003	a.a.
Pessoas de 10 anos ou mais	94.340.366,04	143.096.432,04	143.096.432,04	143.096.432,04	51,7%	5,3%
Ocupadas na semana de referência	72.640.095,01	111.544.437,03	111.544.437,03	111.544.437,03	53,6%	5,5%
Empregados	33.988.427,14	56.723.871,76	56.723.871,76	56.723.871,76	66,9%	6,6%
Empregados com carteira de trabalho assinada	25.764.859,68	45.479.632,58	45.479.632,58	45.479.632,58	76,5%	7,4%
Empregados sem carteira de trabalho assinada	8.223.811,36	11.244.365,16	11.244.365,16	11.244.365,16	36,7%	4,0%
Salário mínimo a preços de 2011 (R\$)	361,84	540,00	540,00	540,00	49,2%	5,1%
Maior Cesta Básica DIEESE	245,28	272,09	272,09	272,09	10,9%	1,3%
Variação acumulada do PIB					39,3%	4,2%

Fontes: PNAD e Contas Nacionais/IBGE e DIEESE

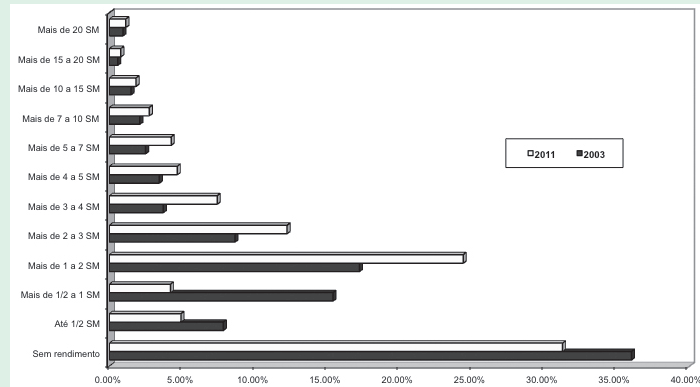
to que ajuda a explicar a melhora da renda dos empregados no período e, mais fortemente, dos ocupados. Isto porque parte importante deste grupo tem seus rendimentos referenciados também no salário mínimo oficial. Essa capacidade de crescimento do trabalho formal serviu, ainda, para mostrar que a formalização do mercado de trabalho pode ser explicada por uma combinação de crescimento da economia com maior fiscalização, não tendo uma relação mais direta com medidas de flexibilização do mercado de trabalho.

Aumento dos empregos concentrado nos postos de trabalho com salários mais baixos

Entretanto, olhando com atenção os números das distribuições dos rendimentos por extratos de renda, tanto no ano de 2003, quanto no ano de 2011, o que se observa é que as faixas onde se concentram os ocupados são aquelas com rendimento nominal mensal de até três salários mínimos. Isso mesmo quando se utiliza como referência os valores do salário mínimo vigentes em 2003 (buscando neutralizar dessa forma os efeitos da própria evolução deste). Ou seja, apesar de também haver crescido o número de ocupados nos extratos superiores de renda, a concentração da criação de postos de trabalho se deu nas faixas de até três salários mínimos.

O fenômeno apontado não deve ser encarado, propriamente, como uma surpresa, mas tende a apresentar-se como o efeito esperado de um modelo que reflete o crescimento do salário mínimo, os programas de transferência de renda e, a partir de 2007/2008, uma aceleração dos programas de obras públicas (infraestrutura social e econômica). Desta forma, os empregos gerados acabam concentrados nas atividades de comércio, de serviços de mais baixa qualificação (estes dois setores atendendo ao crescimento da renda dos extratos mais baixos) e da construção civil, setores em que, no ca-

Distribuição do número de pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo as classes de rendimento - Brasil 2003 e 2011



Fonte: PNAD/IBGE

so brasileiro, as ocupações são vinculadas a rendimentos mais baixos. Esse modelo tem algum fôlego, mas são evidentes as suas limitações no sentido de gerar postos de trabalho de qualidade. Afinal, embora menos desigual no presente, a desigualdade ainda é uma marca da estrutura de rendas no Brasil, e ainda há muito por fazer do ponto de vista da montagem de uma infraestrutura social e econômica que possa ser considerada socialmente razoável.

Assim, devemos esperar que esforços sejam feitos, nos próximos períodos, com o objetivo de recolocar de forma efetiva na agenda da sociedade brasileira o objetivo de se alcançar a melhoria da qualidade dos postos de trabalho gerados, como parte integrante do desenho de um modelo de crescimento econômico, capaz de promover o efeti-

vo desenvolvimento do país, envolvendo uma discussão muito mais qualitativa dos objetivos nacionais e sociais. Torna-se, portanto, fundamental que nessa agenda sejam retomados os elementos essenciais que vêm sendo tangenciados no debate atual, aparentemente com o objetivo de reduzir o grau de conflito. Neste sentido, faz-se necessário enfrentarmos as questões relativas à concentração funcional da renda e da riqueza, à estrutura tributária regressiva e injusta e à adoção de políticas sociais, como de saúde e educação, que acabam não permitindo o salto qualitativo necessário (inclusive de produtividade, mas também de politização e participação organizada) para o aprimoramento da democracia em nossa sociedade.

* Economistas, técnicos do DIEESE-RJ.

Distribuição do número de pessoas de 10 anos ou mais, ocupados na semana de referência, segundo classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, segundo o valor do salário mínimo de 2003, a preços de 2011

Brasil 2003 e 2011

Classes de rendimento ⁽¹⁾	2003		2011		Variação	
	Nº de Pessoas	Distrib.	Nº de Pessoas	Distrib.	2011/ 2003	a.a.
Sem rendimento	51.481.711	36,00%	50.850.004	31,25%	-1,23%	-0,15%
Até 1/2 SM	11.238.444	7,86%	8.041.468	4,94%	-28,45%	-4,10%
Mais de 1/2 a 1 SM	22.052.263	15,42%	6.866.406	4,22%	-68,86%	-13,57%
Mais de 1 a 2 SM	24.666.561	17,25%	39.710.678	24,40%	60,99%	6,13%
Mais de 2 a 3 SM	12.384.996	8,66%	19.950.998	12,26%	61,09%	6,14%
Mais de 3 a 4 SM	5.329.599	3,73%	12.105.858	7,44%	127,14%	10,80%
Mais de 4 a 5 SM	4.926.266	3,45%	7.622.670	4,68%	54,74%	5,61%
Mais de 5 a 7 SM	3.580.836	2,50%	6.945.182	4,27%	93,95%	8,63%
Mais de 7 a 10 SM	3.006.573	2,10%	4.487.322	2,76%	49,25%	5,13%
Mais de 10 a 15 SM	2.149.475	1,50%	3.005.315	1,85%	39,82%	4,28%
Mais de 15 a 20 SM	828.629	0,58%	1.291.977	0,79%	55,92%	5,71%
Mais de 20 SM	1.348.704	0,94%	1.851.902	1,14%	37,31%	4,04%
Total	142.994.057	100,0%	162.729.780	100,0%	13,80%	1,63%

Fonte: PNAD/IBGE.

Existe uma nova classe média no Brasil?

■ Francisco Samuel Portela Vidal*

A ascensão de mais de 30 milhões de brasileiros à classe econômica C desde 2002 foi batizada de “nova classe média” em 2008, por um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e representa para alguns analistas uma mobilidade social sem precedentes na história do Brasil. No entanto, essa visão otimista da ascensão à classe C merece uma análise mais crítica e detalhada. A mudança de classe econômica é facilitada pela metodologia utilizada, na qual as classes C e D estão muito próximas. E considerar essas famílias que atingiram o piso da Classe C (1.200 reais/mês) como classe média constitui um equívoco, já que uma parte desse segmento ainda apresenta um forte quadro de pobreza.

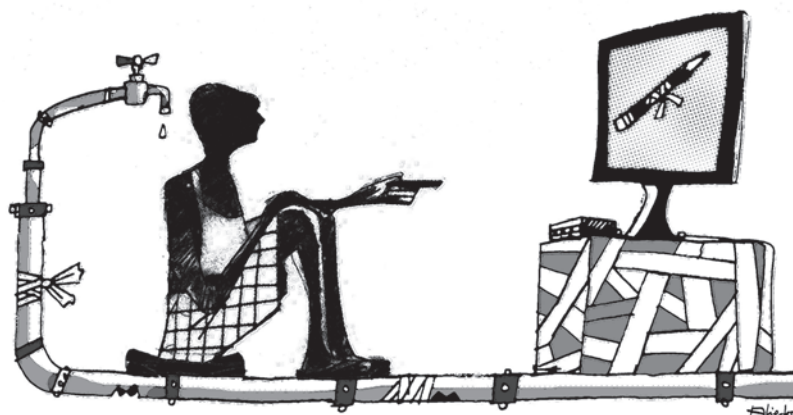


As classes econômicas (tabela 1) da FGV se baseiam na renda domiciliar medida pela PNAD do IBGE. As classes D e E representam as famílias mais pobres, a classe C as famílias de classe média e as classes A e B as mais ricas. Para se configurar uma ascensão sem precedentes na história seria necessário que

o ritmo da mobilidade de classe fosse muito diferente dos períodos anteriores, porém isso não ocorreu. A soma das classes A, B e C representava 37% da população brasileira em 1993, 46,4% em 2001 e 61% em 2009¹. O período 2001-2009 leva uma pequena vantagem no crescimento das classes ABC em tamanho, 31,4% x 25,4%. Mas o crescimento do rendimento do trabalho foi maior no período 1993-2001 (19,2% x 8,0%). Assim a velocidade da mobilidade social para a Classe C desde 2001 aumentou pouco em comparação com o passado.

A renda domiciliar per capita cresceu apenas 3,2% ao ano entre 2002 e 2011², um valor muito próximo do aumento de 2,8% ao ano da renda per capita do país, contrariando a tese que o Brasil da renda domiciliar é melhor do que o país do PIB. Só aconteceu uma intensa mudança da classe econômica D para a C porque os pisos das duas classes estão muito próximos. Em 2002, 26% dos brasileiros estavam na classe D, em famílias com renda entre 750 reais e 1.200 reais (setembro/2011). Quem estava exatamente no meio da Classe D (975 reais) precisou apenas de 23% de ganho real para chegar à Classe C. Assim não era preciso um grande ganho real do rendimento das famílias para se virar “classe média”.

Mesmo o aumento da renda domiciliar conseguido não foi fortemente influenciado por uma política de desenvolvimento, mas pela demografia e pela valorização cambial, fatores que não se repetirão futuramente. Na demografia o aumento no número de adultos provocou



um crescimento de 2,2% ao ano da População Economicamente Ativa (PEA) entre 2002 e 2009. Com mais pessoas disponíveis para trabalhar, a renda das famílias não dependeu apenas do aumento dos salários para crescer. Na questão cambial, houve uma grande valorização do real frente ao dólar, influenciada pela forte valorização entre 2002 e 2011 dos produtos exportados pelo Brasil (173% em dólar), puxada pelo consumo chinês. Ela garantiu um ganho do poder de compra do trabalhador brasileiro devido à deflação dos produtos importados em dólar. O gráfico 1 mostra a importância da valorização do real para o crescimento do rendimento do trabalho no Brasil entre 1993 e 2009³.

A política governamental mais relevante para o crescimento da classe C foi a valorização do salário mínimo entre 1995 e 2010. Ela gerou uma distribuição menos desigual da renda domiciliar, garantindo um ganho real alto para quem recebe o mínimo e mediano para os trabalhadores cujas famílias ascenderam à classe C, que ganham um pouco acima do mínimo. Várias categorias profissionais nesse nível de rendimento tiveram seus pisos in-

fluenciados indiretamente pelo mínimo. Porém, 70% dos aposentados do INSS ganham o mínimo e ganhos altos por longos períodos não são mais sustentáveis orçamentariamente, por isso ele vem tendo aumentos reais decrescentes (gráfico 2)⁴. A política governamental de educação também contribuiu, mas com ressalvas. A escolaridade da PEA cresceu menos na década de 2000 do que nas de 80 e 90. E o forte crescimento da escolaridade na década de 90 foi acompanhado de queda constante na qualidade da educação, apontada pelas notas do SAEB entre 1995 e 2005.

O piso da Classe C (1.200 reais/mês) é insuficiente para enquadrar uma família como classe média. O critério da FGV e os demais critérios internacionais para a classe média são muito subjetivos e diferentes em valores. No Brasil, entre as famílias que possuem o nível de rendimento desse piso, o déficit habitacional é alto porque os programas governamentais de financiamento têm dificuldade de atingir as famílias que ganham até três salários mínimos, por falta de imóveis compatíveis com essa faixa de rendimento. A grande maioria

depende de serviços públicos de educação, transporte e saúde de precários. Uma parcela vive nas grandes cidades em favelas sem saneamento básico e pavimentação e em áreas com alta criminalidade. As condições de qualidade de vida e de consumo continuam evidenciando um forte quadro de pobreza e de ausência de serviços básicos.

O consumo de bens duráveis (geladeiras, computadores e motos) e de serviços (beleza, TV a cabo, viagens aéreas) aumentou muito na última década, mas isso é insuficiente para classificar como classe média. Além disso, parte desse aumento de consumo foi obtido via endividamento e não via aumento de rendimentos. O crédito pessoa física no país saltou de 82 bilhões para 632 bilhões entre 2003 e 2011, um aumento real de 364%, sendo uma grande fatia direcionada à classe C. Esse endividamento pode se tornar insustentável no longo prazo, já que mais de 20% da renda das famílias brasileiras é direcionado para o pagamento de dívidas.

No Brasil, o DIEESE considera que o salário mínimo necessário para que uma família atenda as suas necessidades vitais básicas é de 2.285 reais (setembro/2011). Como considerar uma família que tem menos do que o básico para sobreviver como classe média? Nos Estados Unidos, uma família com uma renda anual de 7 mil dólares, o piso da nossa classe média, estaria entre os 5% mais pobres do país e abaixo da linha da pobreza. Considerar uma família miserável num país e classe média em outro constitui uma discrepância insanável. O Banco Mundial divulgou recentemente um estudo⁵ onde classifica como classe média na América Latina famílias com renda entre 14,6 mil e 73 mil dólares anuais em PPC, um piso em torno de 2.500 reais mensais, o dobro do piso

da FGV. Esse estudo enquadrava apenas 32% da população brasileira em 2009 como classe média. E o mais importante: a nossa classe média não é mais brilhante do que a dos nossos vizinhos, a média da América Latina é de 30%, similar a nossa. A nossa classe média é proporcionalmente menor do que a de países como Chile, Argentina e Uruguai.

A definição “nova classe média” para as famílias que ascenderam à classe C é inadequada, pois a condição de pobreza das famílias que estão próximas do piso da classe C da FGV mostra que o rendimento mínimo para se classificar uma família como classe média deveria ser muito maior, no mínimo o padrão do Banco Mundial (2.500 reais/mês). Os segmentos que mudaram de classe necessitaram de um pequeno aumento nos rendimentos. O mais preocupante é o fato dos alicerces do aumento da renda domiciliar nos anos 2000 estarem em crise. A PEA deve crescer num ritmo mais lento nas próximas décadas. A valorização do câmbio possui sinais de extenuação, com o governo buscando desvalorizá-lo para promover a competitividade do país. O aumento real do salário mínimo vem se tornando mais modesto devido às limitações orçamentárias da previdência. Entre 2009 e 2011 já tivemos a primeira mostra disso, o crescimento de apenas 5,7% da renda domiciliar *per capita*⁶ contra um crescimento de 8,4% da renda *per capita* do país no mesmo período. A sociedade brasileira precisa atentar que somente a volta do crescimento econômico forte e sustentado baseado na melhoria da educação, da infraestrutura e da gestão pública permitirá consistentes aumentos da renda das famílias que viabilizem um verdadeiro país de classe média.

Tabela 1

Definição das Classes Econômicas
Renda Domiciliar Total de Todas as Fontes
Limites (preços 2011)

	Inferior	Superior
Classe E	0	751
Classe D	751	1200
Classe C	1200	5174
Classe B	5174	6745
Classe A	6745	

Gráfico 1

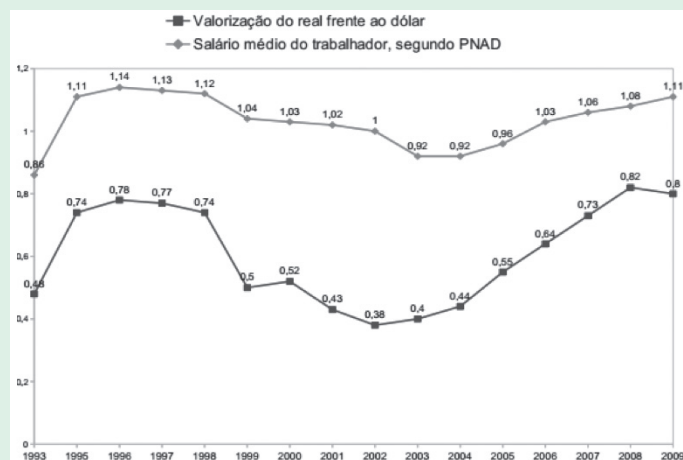
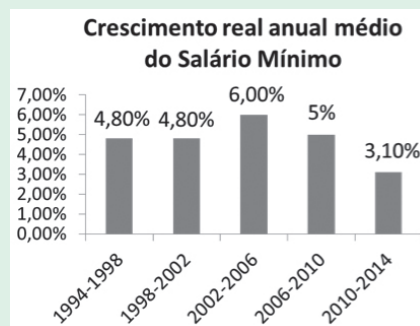


Gráfico 2



* Francisco Samuel Portela Vidal graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará e trabalha no Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

1 Os dados não foram reponderados pela contagem da População 2008. Fonte: <http://www.cps.fgv.br/cps/brics/>

2 Já com dados de 2002 a 2011 reponderados pela contagem da População 2008.

3 A valorização do real foi calculada utilizando os dados do FMI, dividindo o PIB do Brasil em dólares em valores cor-

rentes pelo PIB do Brasil em dólares em PPC. Os salários se basearam nos dados da PNAD 2009. Um salário de 860 reais, por exemplo, recebeu o índice 0,86, para facilitar a comparação.

4 Os dados do período 2010-2014 são uma previsão, considerando salário mínimo de 674,95 reais em 2013 e crescimento do PIB de 1,5% em 2012.

5 http://siteresources.worldbank.org/LACEXT/Resources/English_Report_midclass.pdf

6 Dado da PNAD 2011.

Resolução nº. 125, de 22 de novembro de 2012.

Dispõe sobre os valores relativos à cobrança das contribuições parafiscais, emolumentos, multas e Certidões de Acervo Técnico devidos ao Conselho Regional de Economia/1ª Região – RJ, por pessoas físicas e jurídicas para o exercício de 2013.

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 1ª REGIÃO - RJ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, pelo Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, pela Lei nº 6.021, de 03 de janeiro de 1974, e pela Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978.

CONSIDERANDO a Lei 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos Conselhos Profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.853, de 28 de maio de 2011, editada pelo Conselho Federal de Economia, que criou e regulamentou o Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecons;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.878, de 26 de outubro de 2012, editada pelo Conselho Federal de Economia, que fixa os valores das anuidades, bem como dos emolumentos, multas e Certidões de Acervo Técnico, devidos por pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos Regionais de Economia para o exercício de 2013, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma dos anexos I e II desta Resolução, os valores relativos à cobrança das contribuições parafiscais e emolumentos devidos ao Corecon/RJ pelas pessoas físicas e jurídicas, nele registradas, para o exercício de 2013, tendo sido reajustados, em relação às anuidades de 2012, pelo percentual de 5,58% (cinco inteiros e cinquenta e oito centésimos), representando a variação integral do INPC/IBGE para o período de outubro de 2011 a setembro de 2012.

Art. 2º Fixar os limites para cobrança das multas, por descumprimento aos dispositivos das Leis n.º 1.411/51 e 6.839/80, do Decreto 31.794/52, e da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, editada pelo Conselho Federal de Economia, na forma do Anexo III desta Resolução, por quaisquer pessoas físicas e jurídicas, registradas ou não em Conselho Regional de Economia.

Art. 3º Os débitos das pessoas físicas e jurídicas registradas no Conselho Regional de Economia da 1ª Região/RJ ficam isentas da multa de mora de 2% (dois por cento), conforme previsto no parágrafo 2º, do artigo 20, da Resolução n.º 1.853, de 28 de maio de 2011, do Conselho Federal de Economia.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2012.

João Paulo de Almeida Magalhães
Presidente

ANEXO I - PESSOA FÍSICA

I. Inscrição Definitiva **R\$38,54**

II. Contribuição Parafiscal
a) Valor Base **R\$369,53**

b) Pagamento Antecipado

Vencimento	Descontos (%)	Valores (R\$)
Até 31/01/2013	10%	332,58
Até 28/02/2013	5%	351,05
Até 29/03/2013	0%	369,53

c) Pagamento parcelado

A anuidade devida pelos economistas poderá ser paga sem desconto, em 3 (três) parcelas iguais e consecutivas, nos dias 31/01/2013, 28/02/2013 e 31/03/2013. Após o vencimento, serão cobrados juros de mora de 1% ao mês, e correção pelo INPC/IBGE.

III. Emolumentos Diversos

a) Expedição de Carteira de Identidade **R\$45,40**

b) Taxas, Certidões e Atestados **R\$45,40**

c) Certidão de Acervo Técnico – CAT **R\$65,00**

ANEXO II - PESSOA JURÍDICA

I. Inscrição Definitiva **R\$155,06**

II. Inscrição Secundária **R\$77,53**

III. Contribuição Parafiscal

a) O valor das contribuições é devido em função das faixas do capital social, conforme a tabela abaixo:

FAIXAS DE CAPITAL	VALOR E VENCIMENTO ÚNICO EM 31/03/2013
Até R\$10.000,00	R\$401,14
Acima de R\$10.000,00 e até R\$50.000,00	R\$527,90
Acima de R\$50.000,00 e até R\$200.000,00	R\$1.055,80
Acima de R\$200.000,00 e até R\$500.000,00	R\$1.583,70
Acima de R\$500.000,00 e até R\$1.000.000,00	R\$2.111,60
Acima de R\$1.000.000,00 e até R\$2.000.000,00	R\$2.639,50
Acima de R\$2.000.000,00 e até R\$10.000.000,00	R\$ 3.167,40
Acima de R\$10.000.000,00	R\$4.223,20

b) Pagamento parcelado

A anuidade das Pessoas Jurídicas poderá ser paga sem desconto, em 3 (três) parcelas iguais e consecutivas, nos dias 31/01/2013, 28/02/2013 e 31/03/2013. Após o vencimento, serão cobrados juros de mora de 1% ao mês, e correção pelo INPC/IBGE.

c) Pagamento antecipado

Vencimento	Descontos (%)
Até 31/01/2013	10%
Até 28/02/2013	5%
Até 29/03/2011	0%

IV. Emolumentos Diversos

a) Taxa de cancelamento de Registro **R\$50,72**

b) Atestados e Certidões de Regularidade de Funcionamento **R\$67,61**

c) Certidão de Acervo Técnico - CAT **R\$90,00**

ANEXO III – APLICAÇÃO DE MULTAS – PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

TIPICAÇÃO DA INFRAÇÃO	DISPOSITIVO INFRINGIDO	VALOR DA MULTA
I – Exercício ilegal da profissão por bacharel em ciências Econômicas não registrado	Arts. 14 e 18 da Lei 1.411/51	150% do valor da anuidade vigente
II – Exercício ilegal da profissão por não graduado em Ciências Econômicas	Arts. 14 e 18 da Lei 1.411/51	250% do valor da anuidade vigente
III – Falta de registro de empresa prestadora de Serviços Técnicos de Economia e Finanças	Parágrafo único do Artigo 14 da Lei 1.411/51 e Artigo 1º da Lei 6.839/80	250% do valor da anuidade calculada com base no Capital da empresa infratora
IV – Ausência de economista devidamente registrado para assunção de responsabilidade técnica no caso de pessoa jurídica prestadora de serviços técnicos de Economia e Finanças, não registrada	Artigo 1º da Lei 6.839/80	250% do valor da anuidade calculada com base no Capital Social da empresa infratora.
V – Ausência de economista devidamente registrado para assunção de responsabilidade técnica no caso de pessoa jurídica prestadora de serviços técnicos de Economia e Finanças devidamente registrada	Artigo 1º da Lei 6.839/80	150% do valor da anuidade calculada com base no capital social da empresa infratora
VI – Convivência das firmas individuais, empresas e entidades nas infrações tipificadas nos incisos I e II, deste Anexo.	Parágrafo 1º do Artigo 19 da Lei 1.411/51	150% do valor da anuidade calculada com base no Capital Social da empresa infratora
VII – Embaraço a fiscalização por pessoa física ou jurídica	Artigo 1.º da Lei 6.839/80	150% do valor da anuidade calculada com base no Capital Social da empresa infratora

Prêmio de Monografia

O JE continua a publicar resumos dos textos vencedores do 22º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Daniel Gorodicht, graduado pela UFF, foi o terceiro colocado no concurso.

Mecanismos de incentivo para fontes renováveis de energia elétrica e o caso da energia eólica no Brasil

■ Daniel Gorodicht*

Diversos países enfrentam hoje o esforço de garantir uma matriz menos poluente e, ao mesmo tempo, menos vulnerável e dependente de fontes fósseis. Trata-se de um empenho para garantir uma matriz energética que assegure crescimento econômico no longo prazo, que seja *mais limpa*, isto é, que garanta níveis aceitáveis de poluição e, também, que haja viabilidade econômica para as tecnologias relacionadas a estas fontes, tornando-as acessíveis. Desta forma, impõe-se um tripé desafiador: uma matriz energética desejável seria pouco poluente, viável economicamente e segura do ponto de vista do abastecimento energético, garantindo prosperidade econômica.

Neste contexto, os mecanismos econômicos de incentivo (MEI) emergem como uma importante ferramenta para assegurar que os objetivos da dinâmica agenda energética do mundo sejam alcançados. Estes mecanismos têm como finalidade garantir que a implantação de novas tecnologias tenha sucesso, visando,

assim, uma evolução consistente na direção de uma matriz energética menos poluente e mais diversificada.

A implantação de políticas de incentivo para fontes renováveis tem impactado fortemente a economia de diversos países, assim como a agenda política de seus governantes. Na Conferência de Mudanças Climáticas de Durban (2011), organizada pelas Nações Unidas, observou-se maior empenho e coerência entre os países participantes. Ao mesmo tempo, neste mesmo ano, os investimentos mundiais em energia *limpa* somaram US\$ 1 trilhão (*The Economist*, 2011). Logo, estabelece-se um destino claro para a matriz energética internacional: as fontes renováveis terão um papel cada vez mais importante no planeta.

Por sua vez, o caso brasileiro é singular. O Brasil possui grande parte de sua matriz energética garantida pela fonte hidráulica, tornando-se uma matriz muito menos poluente que a média internacional. Entretanto, há ainda um potencial muito grande para outras fontes energéticas pouco poluentes – as chamadas fontes alternativas. O caso da

fonte eólica é muito notório. O potencial de geração de eletricidade através da fonte eólica no Brasil é muito significativo, em especial, na costa. Estima-se que hoje o país esteja aproveitando apenas 1% de todo o seu potencial eólico.

Porém, a valorização do enorme potencial eólico no Brasil só acontece por meio de uma política governamental mandatória dotada de mecanismos de incentivos, que passou a garantir a viabilidade dos parques geradores. Trata-se do gatilho para a energia eólica no Brasil visando aproveitar as vantagens comparativas nacionais.

Nesta pesquisa, elaborou-se uma análise ampla sobre a questão dos mecanismos econômicos de incentivo no âmbito da economia da energia – em especial, sobre as fontes renováveis de energia. Neste sentido, dividiu-se o trabalho em três partes principais. Primeiro, se discute a energia e o arcabouço econômico, considerando sua interação com a teoria econômica e os conceitos a ela pertinentes. Num segunda parte, há uma análise sobre os mecanismos de incentivo para fontes reno-



váveis de energia elétrica sob um enfoque conceitual. Na terceira e última parte, discute-se o caso nacional, isto é, os mecanismos de incentivo e o desenvolvimento da energia eólica no Brasil, englobando uma análise técnica da oferta, seguida por uma avaliação profunda do PROINFA e seus resultados.

A importância do fator energia na teoria econômica

A economia *mainstream* não abrange inteiramente o fator energia nos pressupostos de sua análise macroeconômica. A economia neoclássica tem sua origem na análise na eficiência dos mercados. Assim, a ênfase inicial está nas trocas de bens

de consumo que possam maximizar os *payoffs* dos agentes para obter uma situação Pareto Ótima e não na sua produção em si (Lindenberger, Kummel, 2002). Quando se introduz neste modelo as atividades produtivas, o mesmo enfoque se mantém: a firma visa maximizar seu lucro e não considera a origem dos fatores energéticos, pois estes passam a ser apenas fatores de produção que determinam as restrições para produção (Lindenberger, Kummel, 2002).

Apesar de os economistas clássicos – Smith, Malthus e Ricardo – enfatizarem em seus textos a importância das restrições dos recursos naturais (o que inclui fontes energéticas), a teoria neoclássica apresenta uma limitação nesse sentido em seus pressupostos (Daly e Costanza, 1991). Logo, a função de produção neoclássica – em sua origem – apresenta uma limitação sob a ótica da economia da energia.

Autores como Herman E. Daly e Robert Costanza defendem uma alternativa à visão neoclássica de crescimento econômico. A partir do ponto de vista da economia ecológica, eles diferenciam crescimento (destrutível, no limite) e desenvolvimento (ganhos de eficiência no uso dos recursos). Segundo a economia ecológica de Daly, existem três tipos de capital: humano (educação, por exemplo), natural (recursos naturais presentes no ecossistema) e manufaturado (resultado do trabalho humano). A partir dessas três fontes de recursos, busca-se o desenvolvimento econômi-

co respeitando as leis da física termodinâmica.

O papel dos mecanismos de incentivo numa mudança de paradigma

Hoje, de forma importante, a energia volta ao centro das discussões econômicas. As preocupações relacionadas ao tripé inicialmente aqui mencionado estão levando as diversas economias industriais a uma transformação no enfoque sobre o tema. Há uma consciência cada vez maior em relação à importância de uma mudança de paradigma.

Neste sentido, o mundo passou a procurar alternativas para suas matrizes energéticas. Diversas políticas energéticas foram desenvolvidas para reduzir a participação de fontes poluentes na matriz. De maneira estratégica, também se passou a procurar outros ofertantes de modo a depender menos do cartel da OPEP. A volatilidade dos preços e os riscos de racionamento são riscos iminentes para uma matriz baseada em fontes fósseis, em especial o petróleo. Neste contexto, surgem os mecanismos de incentivos para fontes renováveis de energia. A ideia é reduzir a participação de fontes não renováveis na matriz por meio do incentivo político-econômico para o desenvolvimento de fontes renováveis de energia.

Como toda política de incentivo industrial, os mecanismos passam a ser fundamentais para a implantação de diversos nichos da indústria renovável possibilitando a

estruturação dos parques geradores. São dois pontos fundamentais para serem considerados como justificadores desses mecanismos: a) a necessidade de viabilizar o investimento inicial e desenvolver a tecnologia relativa; e b) a garantia de uma eficiência mínima – isto é, uma tarifa final aceitável – da energia gerada.

Os mecanismos de incentivo no Brasil: o caso do PROINFA e a energia eólica

O Programa de Incentivos para Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) é a primeira e única política governamental robusta de incentivo a fontes renováveis de energia no Brasil. A partir de um arcabouço legislativo específico, criou-se um programa inteiro para incentivar as chamadas fontes de energia alternativa em termos domésticos.

O papel dos MEI nesse processo foi fundamental, garantindo o início deste ciclo virtuoso. Na ausência de MEI, dificilmente o país seria capaz de vencer as barreiras técnicas e econômicas para desenvolver a energia eólica doméstica em um espaço de tempo curto, isto é, inferior a uma década.

Em poucos anos de programa, a capacidade instalada dos parques eólicos passou a crescer a taxas muito mais altas a partir de 2005 e culminou num crescimento acumulado de cerca de 4.300% em 2010. Em 2011, 95% da capacidade instalada em operação no Brasil era oriunda do PROINFA (GWEC, 2011a).

No período 2005-2010, a taxa anual de crescimento da capacidade instalada possui uma média superior a 170%. Considerando que nos anos anteriores, isto é, no período 2000-2005, a taxa de crescimento foi de cerca de 9% ao ano, pode-se afirmar que a implantação dos empreendimentos do PROINFA foi crucial para o aumento vertiginoso da capacidade instalada de parques eólicos no Brasil. Assim, o PROINFA passa a ser o grande propulsor para a exploração do potencial eólico nacional, evidenciando a importância do MEI para o desenvolvimento de fontes inicialmente pouco competitivas.

Entretanto, as dificuldades enfrentadas pelo PROINFA em sua primeira fase mostraram as complexidades de implantação de uma política de incentivo ambiciosa. Despolitizar as discussões técnicas, assim como garantir as condições básicas para o desenvolvimento do programa foram desafios enfrentados pelo Governo Federal para colocar em prática esta política. Adicionalmente, o sucesso do programa no longo prazo ainda não é uma certeza. A falta de sensibilidade dos leilões para a qualidade dos projetos definitivamente é um risco. Porém, como se trata de um programa pioneiro, só se pode auferir os resultados no médio prazo.

* Daniel Gorodicht é formado em Ciências Econômicas pela UFF e estagiou na ANP. É analista de gás e energia na Gas Energy e apresentou artigos na Rio Oil & Gas 2012 e na 12th IAEE European Conference.

As Despesas: orçamento 2013

É tempo de definições orçamentárias, por isso a equipe do FPO durante os meses de dezembro e janeiro, apresentará as previsões cariocas de Despesa e Receita para 2013. Começaremos a discussão pelas Despesas, por acreditarmos que, ao contrário da lógica privada, o *Estado* não deve elaborar o seu orçamento a partir da estimativa das receitas e, sim das necessidades e do bem-estar da sociedade. Ou seja, a arrecadação deve ser buscada para satisfação das prioridades elencadas e não o gasto público contraído para se adequar a uma ideologia que visa à diminuição do *Estado*. Assim, janeiro será reservado para a discussão sobre a estimativa de Receita do município.

Começamos por uma abordagem geral do conceito de despesa, depois faremos a distinção por categoria econômica e mostraremos os pontos mais relevantes dos gastos até 2012, incluindo a estimativa para 2013, e do direcionamento do investimento. Por fim, apresentamos a taxa de liquidação para expor os cumprimentos das metas anuais.

Os exercícios abordados foram os de 2003 a 2013 e as fontes utilizadas foram as seguintes: Prestação de Contas – 2003 a 2011; Sistema informatizado das informações orçamentárias do município do Rio de Janeiro,

Fincon – janeiro a novembro de 2012; Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) – 2012 e 2013. Os valores foram corrigidos ao IPCA médio de junho/2012.

Despesa

A despesa depende de autorização legislativa para ser realizada, e não pode ser efetivada sem a existência de um crédito orçamentário. Em termos econômicos, a despesa divide-se em: Despesa Corrente e Despesa de Capital. A Corrente subdivide-se em: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas. Já a de Capital em: Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da dívida.

Despesa: Corrente x Capital

Para 2013, a previsão alcança os R\$ 23 bilhões divididos em aproximadamente R\$ 19 bilhões para as Despesas Correntes e cerca de R\$ 4 bilhões para as Despesas de Capital (Gráfico 1). Destaque para o exercício de 2009 pelo menor nível de Despesa de Capital dos dez últimos anos – R\$ 1 bilhão. Cabe ressaltar que de 2008 para 2009, os investimentos caíram 45%, e de 2009 para 2010 cresceram mais de 350%. Há de se considerar, entretanto, a tradição brasileira de que no primeiro ano de mandato do governante (é o caso de 2009!) são feitas, normal-

GRÁFICO 1: Despesas Correntes x Despesas de Capital

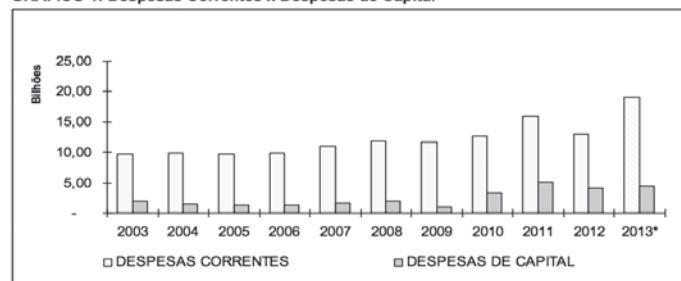
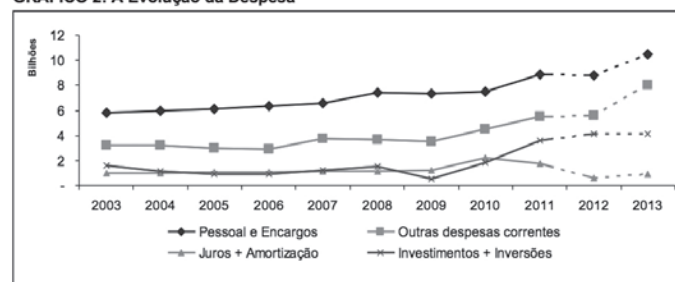


GRÁFICO 2: A Evolução da Despesa



mente, contensões de gastos para realocações de prioridades. De certa forma, tal realocação dificulta um dos objetivos do Plano Plurianual (PPA)¹ – a continuidade nos investimentos de longo prazo independentemente do mandatário em exercício. Já em 2013, com a reeleição do atual prefeito, não existe a perspectiva de uma realocação das prioridades por parte do governo.

A Despesa, segundo a sua natureza

A comparação entre as pro-

jeções de 2012 e o previsto para 2013 indica que apenas os Investimentos apresentaram uma pequena variação percentual negativa. Destaque para Outras Despesas Correntes por possuir uma elevação em mais de 44%.

Tal aumento pode ser explicado pela contabilização nesta categoria da política de terceirização em curso, sobretudo nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social, mais especificamente a operação da rede de Clínicas da Família e Unidades de Pronto Atendimento. A gestão destas é realizada por Organizações Sociais (OS), seguindo a orientação do atual prefeito em transferir a sua responsabilidade com a saúde pública para terceiros².

Os anos de 2010 e 2011 foram notórios para a mudança na capacidade financeira da cidade. No Gráfico 2, evidencia-se a mudança de patamar no volume de recursos empregados, em grande parte causada pela concessão do empréstimo do Banco Mundial em 2010 à prefeitura

Tabela 1: Projeção 2012² e Previsão para 2013

DESPESAS	2012	2013	Variação	
	Projeção da Liquidada (A)	Previsto (B)	Real (B)-(A)	% (A)/(B)
Pessoal e Encargos	8.113.373.901	10.442.500.000	2.329.126.098	29%
Juros e Encargos	453.398.714	589.600.000	136.201.286	30%
Outras Despesas Correntes	5.588.459.883	8.048.100.000	2.459.640.117	44%
Investimentos	4.011.647.936	3.928.400.000	(83.247.936)	-2%
Inversões Financeiras	145.613.566	161.400.000	15.786.434	11%
Amortização da Dívida	247.305.241	306.600.000	59.294.759	24%
Total	19.235.913.733	23.476.600.000	4.240.686.266	22%

Tabela 2: Os Investimentos, segundo as funções

Funções de Governo	2012	2013	Variação		Participação no Acréscimo	Participação no total	
			Nominal	%		2012	2013
Administração	65,0	78,1	13	20,2%	2,5%	1,9%	2,0%
Previdência Social	12,2	10,4	(2)	-14,8%	-0,3%	0,4%	0,3%
Educação	143,1	219,2	76	53,2%	14,6%	4,2%	5,6%
Urbanismo	1.859,4	1.995,6	136	7,3%	26,2%	54,5%	50,8%
Saúde	141,4	146,3	5	3,5%	0,9%	4,1%	3,7%
Habitação	541,7	752,3	211	38,9%	40,5%	15,9%	19,2%
Demais Funções	646,0	726,4	80	12,4%	15,5%	19,0%	18,5%
TOTAL	3.408,8	3.928,40	520	15,2%	100,0%	100,0%	100,0%

carioca – que possibilitou o aumento da capacidade de investimentos e alongou o pagamento da Dívida. Vale destacar que, de acordo com a Prestação de Contas de 2011, projeta-se cerca de 1,8 bilhões para o pagamento dos juros em 2017, após o término do mandato que se iniciará em 2013. Assim, como parte do acordo, foram amortizados 25% da dívida, o que garantiu uma redução na taxa de juros da dívida renegociada com a União de 9% para 6%.

Nota-se uma variação de 19% de 2012 para 2013 na despesa com pessoal e encargos, cuja explicação oficial é em função do aumento do salário mínimo, benefícios concedidos em 2012 (pagos em 2013) e admissões de novos funcionários. A conferir. Embora de 2010 para 2011, tenha ocorrido um aumento na ordem de 26%, cabe destacar que em função da ele-

vação geral do orçamento o limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal está longe de ser alcançado (43% em 2011).

Os Investimentos

Pertencem a este grupo as despesas que apresentaram o maior crescimento de 2009 a 2012 (cerca de oito vezes maior). Já para 2013, a previsão ficará no mesmo nível do exercício em curso.

Porém, para identificarmos os objetivos governamentais, faz-se necessária a classificação funcional programática – a Tabela 2 elucida a distribuição. As funções que possuem maior participação dentro da evolução Investimentos são: Habitação, Urbanismo e Educação. Pode-se dizer que os investimentos nas duas primeiras estão relacionados às obras para os megaeventos, inclusive a construção das vias expressas (as chamadas “Trans”) e a remoção de milha-

res de famílias. Não vislumbramos resultado social positivo nessas intervenções. Muito pelo contrário, verifica-se um crescimento dos conflitos urbanos. Por fim, o estímulo na educação está relacionado às exigências impostas pelo Banco Mundial para aquisição do empréstimo internacional.

Taxa de Liquidação

A taxa de liquidação é o percentual entre o que foi previsto e o realizado do orçamento, ou seja, uma medição do que foi efetivado pelo governo dentro da Lei Orçamentária Anual (LOA) acordada no parlamento.

Com base no cálculo utilizado na Tabela 1, foi inserida, a partir do liquidado projetado para 2012, a taxa de liquidação em 2012. Após essa estimativa, foi realizado o cálculo da taxa média dentro do grau de execução do governo atual – dada desde 2009 – e projetada para 2013 (Gráfico 3).

Considerações finais

A primeira gestão do prefeito Eduardo Paes teve como marca uma elevação do gasto público possibilitada por um também aumento das receitas (objeto de análise da próxima edição de janeiro/2013) fundamentado em:

- *leitura flexível* da Lei de Responsabilidade Fiscal na renego-

ciação (proibida), na prática, da Dívida com a União;

- facilidade de acordos/convênios para investimentos partilhados entre os três entes federativos decorrentes da afinidade política dos respectivos chefes do Poder Executivo;
- maior arrecadação tributária estimulada pelo crescimento econômico.

Por outro lado, o destino, não somente do *plus* financeiro, mas da própria orientação da Administração é motivo de preocupação pelo(a):

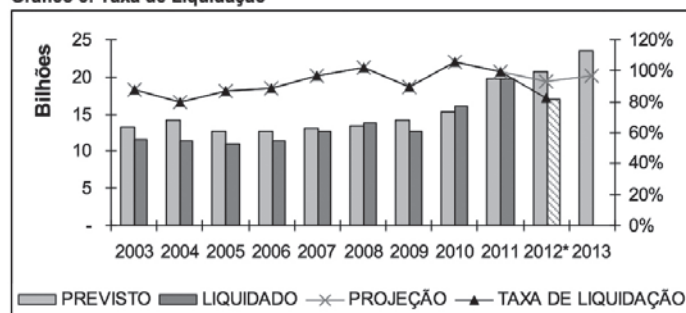
- projetado pagamento da Dívida para 2017 em assustadores R\$ 1,8 bilhão;
- crescimento do dispêndio das despesas com terceirizações de questionável efetividade, sobretudo nas áreas de saúde e assistência social;
- investimento de vulto e de objetivos duvidosos para a cidadania visando à realização dos megaventos esportivos e numa insistência no modelo de transporte baseado no automotor individual;
- subida dos gastos com pessoal e encargos embora dentro da margem legal não decorra da implementação de planos de carreira (sempre reivindicados por diversas categorias, inclusive das áreas essenciais de saúde e educação).

Enfim, parece que o Rio, ao contrário da sua intensa propaganda, não está aproveitando o momento de folga em suas finanças para ajustar as perdas do funcionalismo e, principalmente, resgatar as prioridades sociais de uma sociedade profundamente desigual e injusta.

1 O PPA tem vigência do segundo ano de mandato até o primeiro ano do mandato seguinte.

2 A matéria de fevereiro/2013 detalhará a política de saúde.

Gráfico 3: Taxa de Liquidação



As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do FPO-RJ através da equipe de apoio do Corecon-RJ e de colaboradores. Nesta edição colaborou: Priscilla Moreira dos Santos, economista, assessora da vereadora Andrea Gouveia Vieira.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ. Coordenação: Cons. Renato Elman, Cons. Eduardo Kaplan, Econ. Ruth Espínola Soriano de Mello e Econ. Luiz Mario Behnken. Assistentes: Est. Maria Eduarda Lopes e Est. Pâmela Matos. fporiodejaneiro@gmail.com 2103-0121 e 2103-0120

Parabéns aos alunos aprovados no concurso da ANPEC em 2012

Raul Greenhalgh Garcia Júnior (UFRJ)

“O curso do Corecon foi de suma importância para a sedimentação dos conhecimentos necessários para uma boa classificação no concurso da ANPEC e, conseqüentemente, a conquista de uma vaga no mestrado.”

José Maria da Cunha Junior (Universidade Federal do Ceará - UFC)

“O curso preparatório para a ANPEC do Corecon-RJ foi essencial para a minha aprovação. Todos os professores são excelentes. Consegui ser chamado para cinco dos seis centros que escolhi.”

César Murilo Nogueira Cabral (UERJ)

“O curso preparatório para a prova da Anpec oferecido pelo Corecon realmente prepara os alunos, pois conta com professores extremamente competentes e didáticos, que focam o ensino nos pontos mais recorrentes da prova. O material oferecido também faz diferença na hora do estudo, uma vez que aborda os principais temas expostos nas aulas.”

Luiz Felipe de Vasconcellos Silveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)

“O curso preparatório para Anpec foi essencial para a minha classificação no exame. Os professores foram muito atenciosos e dominavam muito bem o conteúdo programáti-

co. Além disso, a secretária do curso é ótima e sempre esteve ao lado dos alunos.”

Tânia Oliveira de Andrade Miller (UERJ)

“Essa é uma grande conquista alcançada com a ajuda incansável de toda equipe do Corecon-RJ. O meu muito obrigado aos professores, à equipe da biblioteca e à administração do curso que fizeram com que esse resultado fosse possível.”

João Renato Leripio Gomes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)

“Só fiz as matérias de Matemática e Estatística. O curso foi bem dado, seguindo exatamente o programa padrão da

prova. Os professores mostraram bastante experiência com o estilo da prova e os tipos de questões e orientaram de forma satisfatória.”

Rodrigo da Silva Faria (UERJ)

“O curso foi fundamental para minha aprovação. Possui professores experientes e de alto nível.”

André Mollica Medeiros (Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF)

Beatriz Martins de Sá (UERJ)

Marcos Vinícius Pazello (Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF)

Agenda de cursos

JANEIRO

Avaliação de negócios e tomada de decisão - modelos em Excel.

Professor Eduardo Forte

7 a 28 de janeiro - todas as 2ª, 4ª e 6ª feiras - 18h30 às 21h30 - 30 horas-aula

Teorias dos jogos

Professor Ronaldo Fiani

8 de janeiro a 7 de fevereiro - todas as 3ª e 5ª feiras - 18h30 às 21h30 - 30 horas-aula

FEVEREIRO

Atualização em Economia: Preparatório para exame da Anpec 2013

20 de fevereiro a 20 de setembro - de 2ª a sábado - 18h30 às 21h30 (2ª a 6ª) e 9h às 13h (sábados)

MARÇO

Introdução aos métodos quantitativos. População, amostra e outros conceitos introdutórios. Aplicações às Ciências Sociais (SPSS).

Professor Jesús Domech More

4 de março a 17 de abril - todas as 2ª e 4ª feiras - 18h30 às 21h30 - 30 horas-aula

ABRIL

Macroeconomia e Microeconômica para concursos

Professor Carlos Maximiliano

1ª de abril a 1ª de julho - todas as 2ª feiras - 18h30 às 21h30 - 45 horas-aula

MAIO

Perícia

Professor Roque Licks

4 de maio a 10 de agosto - todas as 6ª feiras - 18h30 às 21h30 - 60 horas-aula

AGOSTO

Macroeconomia e Microeconômica para concursos

Professor Carlos Maximiliano

19 de agosto a 24 de novembro - todas as 2ª feiras - 18h30 às 21h30 - 45 horas-aula

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA 2013. Informações: www.economistas.org.br

Corecon-RJ e Unimed-Rio.

Os benefícios do melhor plano de saúde do país ao seu alcance.

A Qualicorp Soluções em Saúde em parceria com a Unimed Rio, traz para milhares de Economistas do Rio de Janeiro, a oportunidade de contar com a proteção do melhor plano de saúde do país, com ampla rede credenciada e coberturas adicionais. Mais segurança e proteção para você e seus familiares. Confira as condições especiais e não perca esta oportunidade.

Consulte-nos e aproveite.

Solicite nosso representante autorizado de Segunda a Sexta, de 9h às 18h. Ligue e veja o quanto vale a pena!

21 3232-0600

destak@destakcorretora.com.br



Representante autorizado Qualicorp.

Contrato de plano de assistência à saúde coletivo por adesão, celebrado entre a Qualicorp Administradora de Benefícios e a Unimed-Rio - Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda., em convênio com o Conselho Regional de Economistas-RJ. Este impresso contém informações resumidas. Ressalta-se que o benefício referido origina-se de um contrato coletivo. A adesão está condicionada ao cumprimento integral das condições específicas do contrato e de sua política de comercialização. Condições contratuais disponíveis para análise, podendo ser solicitadas pelo telefone (21) 3232-0600 ou agendando-se a visita de um corretor.